

Expansão e diversificação do ensino superior, impactos no mercado de trabalho e inserção profissional no Brasil: reflexões iniciais e proposta de agenda de pesquisa

Bibiana Volkmer Martins¹

Sidinei Rocha-de-Oliveira²

Resumo: A expansão do ensino superior e as mudanças no mercado de trabalho nos últimos anos criaram um novo contexto para a inserção profissional no Brasil. Para ampliar esta discussão, este artigo tem por objetivo refletir sobre a desarticulação existente entre os programas de expansão do ensino superior e as políticas públicas voltadas para a aderência profissional dos jovens no Brasil. A revisão bibliográfica indica a necessidade de maiores estudos acerca da repercussão da difusão do ensino superior na inserção profissional dos jovens. Busca compreender como o processo de ingresso no mercado de trabalho ocorre em diferentes cursos, grupos sociais e para participantes de políticas públicas. Ademais, propõe-se uma agenda de pesquisa para ampliar as discussões e contribuir com a inclusão, na agenda das políticas públicas, de programas específicos à inserção profissional de jovens universitários.

Palavras-chave: Inserção Profissional; Jovens; Expansão do Ensino Superior.

Expansion and diversification of higher education, impacts on the labor market and professional insertion in Brazil: initial reflections and proposed research agenda

Abstract: Higher education expansion and labor market changes in the in recent years have created a new context for the professional insertion in Brazil. To expand this argument, this article aims to reflect about the disarticulation between the programs of higher education expansion and public policies regarding the professional insertion of young people in Brazil. The literature review indicates the necessity of further studies on the impact of the higher education expansion in the professional insertion of young people, seeking to understand how the process of entering the labor market occurs in different courses, social groups and for participants in public policies. Furthermore, this article proposes a research agenda to broaden this discussion and contribute to the inclusion of specific programs for the professional insertion of young undergraduate students in agenda of public policies.

Keywords: Professional Insertion; Young People; Expansion of Higher Education.

1. Introdução

O ensino, em especial o ensino superior, é tido como estratégia de transformação social, devido a sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento tecnológico, aumentar a capacidade crítica da população

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com período sanduíche na Université Paris-Dauphine. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Gestão Empresarial pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Graduada em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como pesquisadora junto ao Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (GINEIT-UFRGS). Rua Maestro Mendanha, 210/403, Bairro Santana, Porto Alegre/RS, Cep: 90620-160, E-mail: bibivolkmer@hotmail.com.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em cotutela com a Université Pierre Mendès-France (Grenoble 2). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como professor Adjunto no curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

e contribuir para a mobilidade social geracional (RIBEIRO, 2011; 2012; MARQUES; CEPÊDA, 2012; GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Ribeiro (2012) postula que a educação é o principal mecanismo de mobilidade social. Além disso, conforme aponta Ciavatta (2006), a educação pode ser entendida como questão estratégica de uma nação, ao passo que a soberania dos países advém, também, da autonomia de produzir conhecimento e responder às demandas de vida de seus povos.

No Brasil, a Lei Federal nº 9.934/96 estabeleceu-se como um marco para o ensino superior no país, pois foi a partir dela que começou a ocorrer uma expansão sem precedentes da educação nesse nível de ensino do país. O Censo de 2015, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, registrou um total de 8.027.297 matrículas, sendo que, em 1995, este número era de cerca de 2 milhões (INEP, 2015). Dentre as mudanças ocorridas, além do aumento de matrículas – com ênfase para as instituições privadas –, destacam-se também a inserção da modalidade de ensino à distância e o grande aumento de cursos superiores de tecnologia (CSTs).

Em paralelo à expansão do ensino superior, desde a década de 1990, mudanças resultantes do projeto de reestruturação produtiva puderam ser notadas no mundo do trabalho. Tal projeto se relaciona aos ajustes neoliberais ocorridos globalmente, como a integração de inovações tecnológicas à esfera laboral, as novas formas de organização do trabalho, como a produção enxuta, a crescente internacionalização e a desterritorialização dos mercados. Ademais, dentre as transformações que repercutiram no mercado de trabalho, podem ser citadas ainda a flexibilização dos contratos de trabalho, a precarização e uma significativa desindustrialização dos empregos, que ocasionaram o crescimento de setores como o de serviços, o informal e o por conta própria (SCALON, 2009).

Nesse cenário, tanto jovens como adultos têm competido de modo desigual pelos escassos empregos de qualidade existentes (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Apesar de o desemprego atingir a todos, os jovens estão entre os grupos mais vulneráveis em virtude de características como a falta de experiência e a busca por experimentação (ROCHA, 2008)³. No Brasil, tanto a expansão do ensino superior, quanto as mudanças no mundo do trabalho modificaram o contexto para o processo de inserção profissional dos estudantes universitários.

A expansão do ensino superior ocorrida nos últimos 20 anos não só deveria contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas também para diminuir as desigualdades de oportunidade educacional e promover a mobilidade social intergeracional. Contudo, apesar das transformações em termos de educação no país, nota-se um cenário marcado pelo desemprego juvenil, ao mesmo tempo em que se destaca a falta de mão de obra qualificada (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012).

Assim, este ensaio, situado entre os temas formação e mercado de trabalho, tem dois objetivos centrais: a) refletir sobre a desarticulação existente entre os programas de expansão do ensino superior e as políticas públicas voltadas para a inserção profissional dos jovens no Brasil e b) propor uma agenda de estudos que permita suprir as lacunas apresentadas sobre o tema.

³ É importante mencionar que reconhecemos a existência de outros grupos vulneráveis, a exemplo de mulheres, idosos, negros, entre outros; contudo, neste trabalho, optamos por focar nos jovens devido ao aumento das taxas de desemprego que este grupo, em especial, tem enfrentado nos últimos anos.

Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se um breve histórico e os principais aspectos da expansão do ensino superior no Brasil. A terceira parte faz uma reflexão entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a inserção profissional dos jovens no país. A quarta seção busca problematizar a falta de articulação existente entre os programas de expansão e a diversificação do ensino superior no Brasil e as políticas de juventude do Ministério do Trabalho. Por fim, o último tópico aponta algumas considerações finais do estudo e propõe algumas agendas de pesquisa.

2. Histórico e Expansão do Ensino Superior no Brasil

No Brasil, o ensino superior só passou a adquirir cunho universitário na década de 1930, diferentemente de alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial⁴. De 1808 até 1934, período de criação das primeiras escolas superiores, o modelo de ensino superior no país foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina ou engenharias. Somente em 1934, foi criada a primeira universidade do país, a Universidade de São Paulo, com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (SAMPAIO, 1991; FRANCO, 2008).

No período de 1930 a 1960, a sociedade brasileira modificou-se rapidamente, ampliando setores médios característicos de uma formação social industrial e urbana. No primeiro momento, as camadas em ascensão buscaram a ampliação do ensino médio e, logo que tal necessidade foi satisfeita – ainda que limitada a setores restritos da sociedade –, criou-se uma nova demanda, voltada para o ensino superior. Um novo mercado de trabalho havia sido aberto pelo desenvolvimento de burocracias estatais e instalação de empresas de grande porte, de sorte que a obtenção do diploma garantia, naquele momento, acesso ao emprego nesse mercado (SAMPAIO, 1991).

No início dos anos 1960, o país contava com cerca de 100 instituições, a grande maioria de pequeno porte, com foco em atividades de transmissão de conhecimento e um corpo docente fracamente profissionalizado. Tais universidades atendiam a uma parcela restrita de população, especialmente os estratos altos e médios urbanos, do gênero masculino, servindo como lócus de reprodução dos quadros de elite nacional (MARTINS, 2000).

A expansão que foi iniciada nos anos 1960 se intensificou ao longo da década de 1970. Em vinte anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento. Tal expansão acelerada resultou no afastamento cada vez maior de um modelo de ensino superior único, acabando por moldar um sistema “[...] cujas características são coerentes com o Brasil como um todo, uma sociedade profundamente diferenciada e desigual em termos geográficos, sociais, econômicos e culturais” (SAMPAIO, 1991, p. 18).

A arquitetura do ensino superior, entre as décadas de 1960 e 1990, ficou marcada pela proliferação do ensino superior privado, que se movia pela lógica da lucratividade, concentrando-se em regiões com

⁴ Como México e Peru.

capacidade econômica suficiente para sustentar um mercado de vagas de acesso à educação superior (MARQUES; CEPÊDA, 2012). As matrículas em instituições privadas que em 1960 representavam 44,3% sobre o total de matrículas, em 1980, passam a somar 63% (852.000) (SAMPAIO, 2012). O ensino superior público, por outro lado, apesar de registrar certa expansão, manteve-se reduzido diante da necessidade de qualificação para inovação e das exigências de vagas (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

De acordo com Marques e Cepêda (2012), o modelo de sistema universitário que se desenvolveu no Brasil, até meados da década de 1990, foi um misto de acesso restrito e excludente – concentrado principalmente em eixos metropolitanos e próximos aos polos econômicos – com uma expansão do ensino superior privado, impulsionado pelo aumento da demanda por vagas e pela capacidade reduzida das instituições públicas de responderem a essa demanda.

Com as mudanças em âmbito global, resultantes dos ajustes estruturais neoliberais, bem como com a redemocratização do país no final da década de 1980 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 – que tornou a educação um direito social inalienável –, a educação passou a ocupar um papel de destaque no âmbito das ações do Estado (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Além disso, a esfera da iniciativa privada passou a ver na educação uma oportunidade de ampliação de seus lucros (BALL, 2004).

Desde o final da década de 1990, começou a se notar nova expansão tanto no número de instituições como no número de matrículas no ensino superior. Em 1990, existiam 918 instituições de ensino superior no país, número que passou para 1.180 em 2000. O número de matrículas que era de um pouco mais de 1,5 milhão em 1990 passou para cerca de 3 milhões em 2001 (BRASIL, 2012), conforme informado nas tabelas 1 e 2 a seguir.

Tabela 1: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2000

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1991	893	222	24,9	671	75,1
1992	893	227	25,4	666	74,6
1993	873	221	25,3	652	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1

Fonte: INEP (2002).

Tabela 2: Distribuição Percentual do Número de Matrículas, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2000

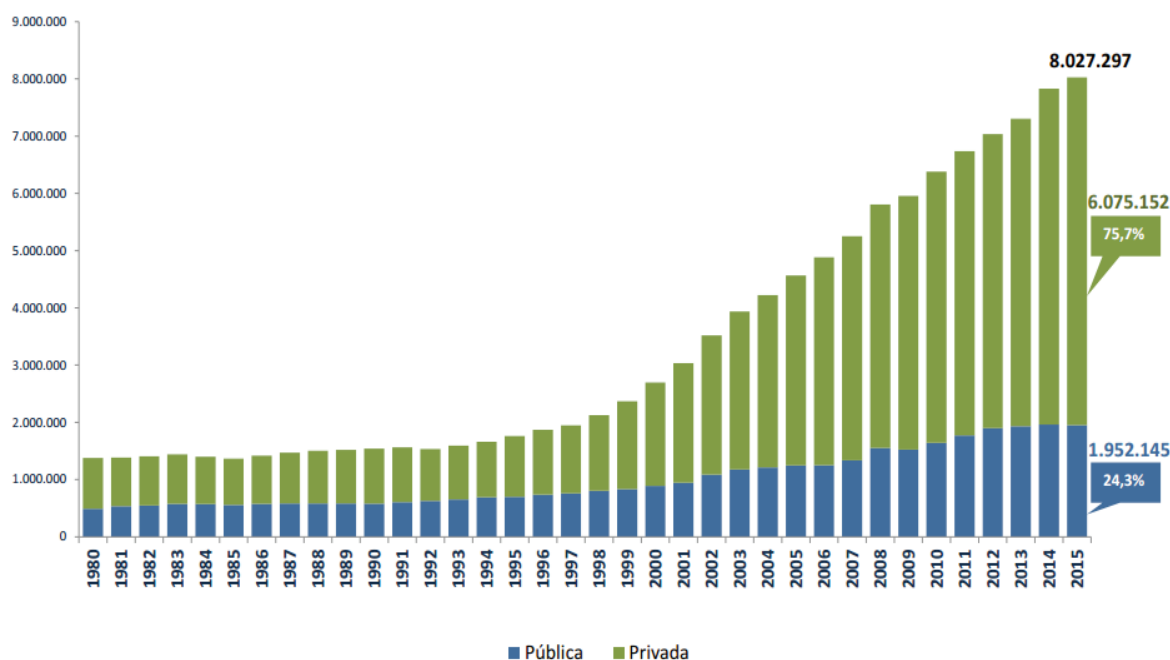
Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1991	1.565.056	605.736	38,7	959.320	61,3
1992	1.535.788	629.662	41,0	906.126	59,0
1993	1.594.668	653.516	41,0	941.152	59,0
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
1999	2.369.945	832.022	35,1	1.537.923	64,9
2000	2.694.245	887.026	32,9	1.807.219	67,1
2001	3.030.754	939.225	31,0	2.091.529	69,0
2002	3.479.913	1.051.655	30,3	2.428.258	69,7

Fonte: INEP (2002).

Contudo, é a partir do novo milênio que tem início uma expansão sem precedentes do ensino superior no Brasil, a qual apresenta quatro pontos relevantes. O primeiro deles é o aumento no número de matrículas totais em ensino superior: o Censo de 2015, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), registrou um total de 8.027.297 matrículas, contra um pouco mais de 3 milhões registradas em 2001 (BRASIL, 2012; INEP, 2015).

O segundo ponto é o aumento do número de matrículas em instituições privadas, que, desde o final da década de 1990, tem apresentado um crescimento significativamente maior que em instituições públicas, atingindo a marca de 75,7% do total das matrículas em ensino superior no ano de 2015 (INEP, 2015). Isso, claro, deve-se também ao aumento no número de instituições privadas, que passaram de 682 em 1980, para 2.069, em 2015. A Figura 1 mostra a expansão do ensino superior ao longo de 25 anos no Brasil, diferenciando instituições públicas e privadas.

Figura 1: Expansão do número de matrículas em ensino superior no Brasil, de 1980 a 2015, nas redes pública e privada.



Fonte: INEP (2015).

Em terceiro lugar, a inserção da modalidade de ensino a distância é outro ponto importante da expansão do ensino superior. Tal modalidade, que foi criada em 2001, passou, desde então, a crescer regularmente, atingindo, em 2014, 17,1% do total de matrículas no ensino superior (BRASIL, 2012). Por fim, o quarto ponto é a diversificação pela qual tem passado o ensino superior, com a inserção de cursos superiores tecnológicos, cujo foco passa a ser a qualificação dos trabalhadores, para contribuir com a inserção das organizações na economia global. O número de matrículas nos CSTs passou de 42.852 em 2004, para 1.029.767, em 2014, perfazendo 13,15% do total de matrículas em ensino superior no Brasil (INEP, 2004; 2014).

A expansão e a diversificação do ensino superior, em especial a partir dos anos 2000, podem ser creditadas a diversas causas, a saber: à reforma da educação iniciada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96); à universalização do ensino básico, que criou uma nova demanda pelo ensino superior; à demanda das empresas por maior qualificação da mão de obra frente às novas tecnologias e ao novo ciclo da globalização; bem como ao crescimento de programas governamentais voltados para a expansão e a diversificação do ensino superior.

Tal expansão pode ser tida como um avanço em termos de acesso à educação, pois historicamente esse nível de ensino sempre esteve vinculado às elites nacionais. Contudo, diante da atual demanda por empregos no Brasil e no mundo, é importante que as políticas de expansão do ensino estejam vinculadas também a políticas preocupadas com o processo de transição entre a formação e o mercado de trabalho.

No Brasil, há um discurso economicista latente que exalta a educação como trampolim social ou mesmo como porta de acesso direto ao mercado de trabalho (OLIVEIRA e SOUSA, 2013). Conforme Barros (2010, p. 73), existe uma “[...] tensão entre o desejo de ascensão social e profissional a partir do aumento de grau de escolaridade e a manutenção de padrões socioculturais” entre os jovens, que se apresenta “[...] como uma entre as múltiplas e diferenciadas experiências de transição para a vida adulta”. Tal tensão evidencia-se justamente na elaboração de um projeto de vida, que busca por um lado manter o vínculo com os valores da família de origem e, por outro, alcançar um status mais reconhecido na sociedade por meio da aquisição do diploma universitário e de uma melhor posição no mercado de trabalho (BARROS, 2010).

Contudo, o investimento tanto dos jovens e das suas famílias quanto do Estado em um projeto de escolarização de nível superior ocorre em um momento no qual a educação superior não é mais garantia de emprego. Há, portanto, uma lacuna entre os investimentos em educação superior no país e a entrada dos jovens no mercado de trabalho, de modo que esses nem sempre vislumbram retorno por meio da aquisição de um emprego compatível com os investimentos realizados com a formação em ensino superior. A possibilidade de ascensão social via educação é hoje percebida e vivida de diferentes modos pelos jovens e suas famílias (BARROS, 2010). Por isso, as políticas e programas que visam à expansão do ensino superior não podem ser desvinculadas do processo de inserção profissional.

O próximo tópico aborda as mudanças no mercado de trabalho e a inserção profissional.

3. Mercado de Trabalho e Inserção Profissional: uma agenda necessária

As transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho desde a década de 1990 podem ser relacionadas ao projeto de reestruturação produtiva vinculado aos ajustes neoliberais ocorridos ao redor do mundo. Dentre essas transformações, encontram-se a flexibilização, a precarização e a desindustrialização dos empregos, as quais resultaram no crescimento de setores como o de serviços, o informal e o por conta própria (SCALON, 2009). Assim, já no início da década de 1990, um desafio foi lançado aos estudos sociais do trabalho no Brasil: de um lado, o crescimento da produção, da produtividade e da competitividade industriais; de outro, a queda sistemática do emprego industrial (GUIMARÃES e CARDOSO, 2008).

Em âmbito mundial, dificuldades como a de expandir a demanda por mão de obra em ritmo correspondente à absorção dos que entram no mercado de trabalho começaram a ser notadas (ROCHA, 2008). Amaral e Walther (2013) postulam que muitas economias não têm conseguido absorver grandes populações de jovens no mercado de trabalho, mesmo em períodos de crescimento econômico.

Segundo Guimarães dos Santos (2013), o mercado de trabalho, na maioria dos países, não apresenta as mesmas possibilidades de ascensão social ou até mesmo de trabalho decente que ofereceu nas três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Grande parte dos empregos existentes é de curta duração, sem muitas garantias sociais e habitualmente de baixa remuneração.

Nesse cenário, tanto jovens⁵ como adultos têm competido de modo desigual pelos escassos empregos existentes (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Apesar de o desemprego atingir a todos, são os jovens que mais padecem, haja vista a sua vulnerabilidade às adversidades do mercado de trabalho, em virtude de características como a falta de experiência e a busca por experimentação (ROCHA, 2008). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período de 1995 a 2008, considerando jovens de 15 a 29 anos de idade, demonstraram que a taxa de desemprego foi de 8,8%, o que significou mais do que o triplo da taxa de desemprego aferida entre as pessoas acima de 30 anos de idade (GUIMARÃES DOS SANTOS, 2013). Em virtude disso, este artigo direciona seu olhar aos jovens, entendendo-os como um entre os possíveis recortes a serem feitos quando se estuda a temática de mercado de trabalho. Moretto e Remy (2013) complementam que a participação de jovens entre 15 e 24 anos de idade no mercado de trabalho caiu de 65,7%, em 2004, para 58,6% em 2011. Tal dado pode tanto indicar que os jovens estão permanecendo mais tempo no sistema escolar e entrando mais tardiamente no mercado de trabalho, quanto que eles estão perdendo espaço nesse mercado.

Guimarães dos Santos (2013) postula que houve uma mudança na forma de enxergar a trajetória de vida dos jovens do século passado para o atual. O modelo linear, previsível e unidirecional de eventos e etapas – conclusão do ensino/escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, casamento, constituição familiar, aposentadoria e envelhecimento – que era imaginado até meados do século passado - começou a dar lugar a um modelo deveras complexo, que assume contornos diferenciados dependendo da classe social, etnia e gênero. Consequentemente, mudou-se a maneira de olhar a trajetória para a vida adulta desses jovens, na qual se situa o processo de inserção profissional.

Lemos, Dubeux e Pinto (2009), com base em pesquisa realizada por Ramos (2006), postulam que há um número significativo de brasileiros mais escolarizados que não conseguem obter colocações correspondentes às suas qualificações. Uma das possíveis explicações pode ser, conforme ocorre na França, a baixa correspondência entre a formação e as vagas de emprego disponíveis, apontadas por Béduwé, Espinasse e Vincens (2007).

Essa alteração na forma de ingresso no mercado de trabalho tem sido observada em outros países que já passaram pela expansão do ensino superior em décadas anteriores. Na França, Cohen (2007) destaca que a ampliação do tempo de estudos leva à elevação do nível de escolaridade dos jovens. No entanto, se por um lado o diploma de curso aumenta as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho; por outro, ele não pode ser compreendido como uma garantia de emprego imediato. Além disso, o crescimento das taxas de desemprego reforça a tendência ao “rebaixamento⁶” dos diplomados. Este é um fenômeno que se acentua nos países europeus desde o início da década de 1990, para todos os níveis de diplomação, processo que atinge, sobretudo, mulheres, jovens e minorias étnicas.

A incidência da transformação das relações de trabalho sobre a representação social do ciclo da vida é mais visível nos países onde a ação sistemática do Estado mais fortemente contribui para institucionalizá-

⁵ Apesar de não haver unanimidade em relação à abrangência da categoria jovem, neste estudo, optou-se por utilizar a faixa entre 18 e 29 anos, devido ao fato de diversos autores apontarem que há uma postergação na saída da casa dos pais e também no comprometimento com o trabalho (POCHMANN, 2013; CASTRO e ANDRADE, 2013; GUIMARÃES, 2013).

las, sendo o caso das socialdemocracias europeias. Nestes países, a distribuição do trabalho ao longo do ciclo da vida vem sofrendo mudanças significativas nos últimos 20 anos. Os jovens entram mais tardiamente no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo, exatamente em um momento em que o ciclo biológico também se altera, pelo prolongamento da esperança de vida (MARCHAND, 2014).

Para alguns autores, como Fondeur e Lafreste (2000) e Marchand (2004), estas mudanças estão diretamente relacionadas com o processo de transformação das normas de emprego, que leva a uma forte segmentação das trajetórias de acesso ao primeiro trabalho. Para alguns jovens, o fenômeno da precarização aparece de forma precoce e durável. As trajetórias construídas sobre a alternância de trabalhos temporários levam a períodos de desemprego, trabalho em tempo parcial, retorno aos estudos e, num panorama mais amplo, ao rebaixamento profissional.

Para estes autores, mais do que um período de moratória para a transição à vida adulta, a mão de obra juvenil assume a função de vetor de transformação estrutural das normas de trabalho e emprego e da emergência de novos modelos de gestão e de trabalho caracterizadas por forte insegurança e distribuição desigual de renda. Esta forma de trabalho pode não representar apenas um período antes da fixação de um emprego fixo, mas a formação dos “futuros trabalhadores”, adaptados às exigências de um novo padrão de organização e relações de trabalho (MARCHAND, 2004).

Desta forma, nestes países, o ingresso no mercado de trabalho deixou de ser automático e garantido pelo acesso a um diploma de ensino superior, e os números de desemprego e trabalhos precários para jovens com formação universitária passaram a se ampliar. Como forma de compreender este fenômeno e nortear políticas públicas integrando formação e trabalho, desde os anos 1980, um grupo de pesquisadores franceses de diferentes áreas (economia, sociologia, estatística, administração) tem realizado estudos para explorar os processos de inserção profissional dos egressos das diferentes formações (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012).

A inserção profissional, segundo Franzói (2011, p. 229), é constituída de disputas de poder e de “[...] valorização e legitimação dos saberes e de diferentes atributos dos indivíduos ou dos grupos”, é um “[...] processo de localização e hierarquização dos indivíduos no mundo do trabalho”. Para a autora, pode ser entendida como um campo não linear, compreendido entre a formação e o trabalho, cujas relações se estabelecem na forma de redes (FRANZÓI, 2011). Ou seja, tal construção ocorre socialmente, como resultado das disputas constituídas entre os atores no campo (FRANZÓI, 2006). A elevação de taxas de desemprego, característica do contexto atual, faz com que a inserção profissional tenha sua não-linearidade acentuada, de modo que tal processo torna-se mais complexo e muitas vezes mais precário (FRANZÓI, 2011).

Neste estudo, adere-se à vertente sociológica de inserção profissional, a qual permite que se reflita sobre o processo de inserção como sendo simultaneamente profissional e sociocultural (Rocha De oliveira; Piccinini, 2012), pois se entende que há uma diversidade nos processos de inserção profissional, ligadas às diferentes sociedades, bem como aos diversos atores e profissões que delas fazem parte. Tal perspectiva também se coaduna com o entendimento de que não existe “uma juventude”, mas “juventudes” – no

plural – evidenciando-se as desigualdades que atravessam esta condição e abrindo-se caminho para pensar diferentes processos de inserção profissional entre os jovens (ABRAMO, 2005; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012).

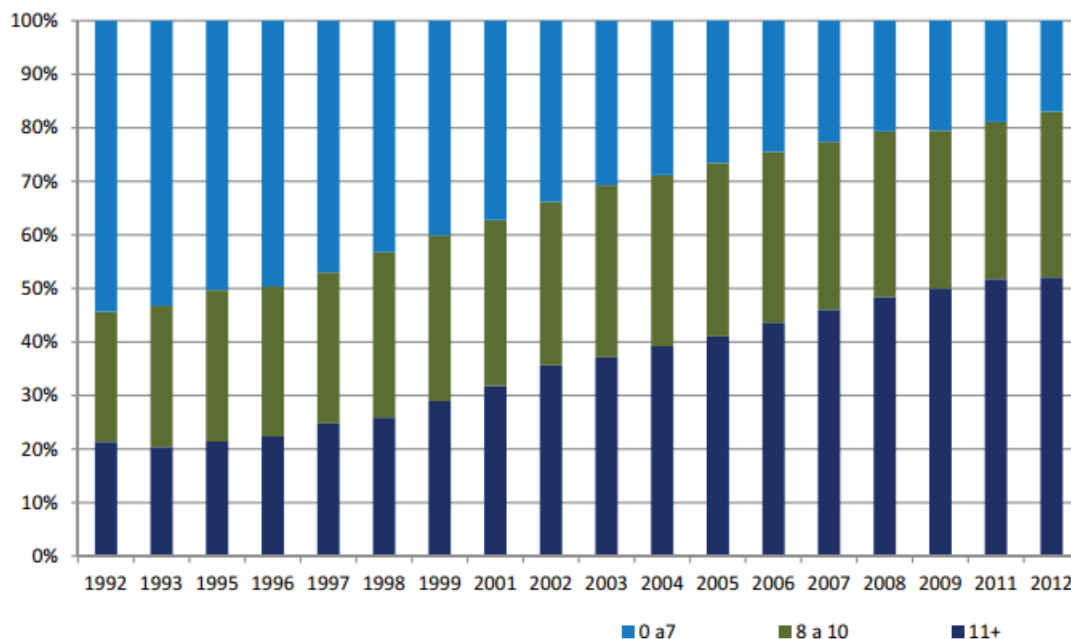
Assim, o “espaço de transição entre escola/universidade e trabalho/emprego é estruturado por complexos jogos de atores sociais que se estendem em contextos históricos e institucionais determinados, mas que possuem funcionamento próprio” (ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2012b, p. 6). Dessa forma, a inserção profissional não ocorre do mesmo modo para todas as pessoas, pois existem elementos sociais que influenciam essa inserção.

Ao longo das últimas décadas, um importante desafio que tem se apresentado aos que buscam se inserir no mercado de trabalho tem sido a questão da qualificação profissional, compreendida como requisito para a empregabilidade (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009). O que está havendo, segundo Guimarães dos Santos (2013), é o aumento da necessidade de aproximação entre ensino e trabalho. Tal valorização da formação profissional que se difunde no Brasil é reflexo, em grande parte, do debate existente em âmbito internacional acerca da crise do mercado de trabalho, o qual é reverberado por organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial. Debate esse que tem sido pautado pela ênfase na necessidade de novos perfis profissionais que passam a ser demandados no novo contexto de céleres avanços tecnológicos (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

Além disso, Sposito (2005) acrescenta que a escolaridade já não se apresenta como elemento que garante a entrada no mundo do trabalho. Isso ocorre, segundo a autora, especialmente se for considerado o ingresso em uma vaga no mercado formal de ocupações e “[...] as posições dos estratos menos privilegiados da sociedade, exatamente aqueles que têm acesso tardio aos degraus mais elevados do sistema de ensino” (SPOSITO, 2005, p. 90). Moretto e Remy (2013), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), postulam que, no ano de 2011, 4,9% dos jovens entre 15 e 24 anos de idade possuíam ensino superior completo, ao passo que a proporção de empregados dentro dessa faixa era ligeiramente inferior, 4,2%, reforçando o argumento de que a formação superior não é garantia de emprego.

Independente da escolaridade, as oportunidades ocupacionais para os jovens continuam a ser escassas, de modo que suas trajetórias profissionais têm sido marcadas pela incerteza. Em grande parte dos casos, eles ocupam as vagas de emprego que aparecem, geralmente “[...] de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional” (CASTRO; ANDRADE, 2013, p. 160). A Figura 2 demonstra o crescimento do desemprego entre os mais escolarizados ao longo de vinte anos no país.

Figura 2: Composição do desemprego por escolaridade



Fonte: IPEA (2013).

Refletir sobre a complexidade que se cria com a expansão das universidades e a crescente profissionalização dos cursos superiores, com foco na inserção profissional dos jovens, é fundamental para entender os movimentos do mercado de trabalho hoje no Brasil e os fatores que influenciam na empregabilidade e na mobilidade social desses jovens. Tal compreensão é fundamental para a elaboração de políticas públicas e programas que visem a atender as demandas da juventude na atualidade.

Posto isso, o próximo tópico busca fazer um paralelo entre os programas destinados à expansão do ensino superior no país e as políticas públicas voltadas para a inserção profissional.

4. Programas de Expansão do Ensino Superior e Políticas Públicas de Inserção Profissional

Com a redemocratização do país e a promulgação de Constituinte de 1988, teve início um avanço da cobertura social para praticamente todos os segmentos vulneráveis da população, a saber:

[...] crianças e adolescentes - Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), idosos e portadores de necessidades especiais (reconfiguração do sistema de aposentadorias e pensão), pobres (programas de transferências de renda, como o Bolsa Família), desempregados (seguro desemprego), entre outros (POCHMANN, 2013, p. 43).

Devido a isso, apesar dos ajustes estruturais neoliberais ocorridos desde o final da década de 1980, os indicadores sociais passaram a apontar melhorias. Contudo, tais avanços não atingiram todos os segmentos da sociedade. Os jovens, por exemplo, permaneceram em um plano inferior, sendo somente tardiamente objeto de intervenção de políticas públicas e, mesmo assim, de forma parcial e incompleta⁷ (POCHMANN, 2013).

As demandas juvenis começaram a ganhar força no Brasil em 2005 com a implementação da Política

Nacional de Juventude (PNJ), entrando na agenda de discussão das políticas públicas. Nesse escopo, diversos programas foram criados com a preocupação de aumentar o número de jovens no ensino superior (BRASIL, 2016i). Neste ensaio nos ateremos aos programas de educação profissional e tecnológica – com foco nos cursos superiores de tecnologia - e aos programas voltados ao ensino superior como um todo. Dentre os primeiros, destacam-se:

a) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): programa criado pelo Governo Federal em 2011, cujo objetivo é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. No que se refere ao nível superior, tem como ação a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, contemplando em seu escopo cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação - hoje são mais de 350 unidades em funcionamento (BRASIL, 2016a).

b) Programa TEC NEP: uma ação sob coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, cujo objetivo é a inserção de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino (BRASIL, 2016b).

Dentre os programas voltados especificamente ao ensino superior, destacam-se:

a) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): iniciado em 2003, com o objetivo principal de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Entre 2003 e 2011, o número de municípios atendidos por universidades federais passou de 114 para 237, além disso, foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (BRASIL, 2016c).

b) Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir): criado com o intuito de propor ações para garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência a instituições federais de ensino superior (Ifes). Tem, desde 2005, lançado editais com o objetivo de apoiar projetos de reestruturação dos núcleos dos Ifes (BRASIL, 2016d).

c) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes): criado com a intenção de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos de cooperação nas áreas de educação e cultura, com ênfase para os africanos (BRASIL, 2016e).

d) Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes): o programa oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, com vistas a apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial nos Ifes (BRASIL, 2016f).

e) Programa Universidade para Todos (ProUni): criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, objetiva a concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes de graduação e de cursos

superiores sequenciais de formação específica, em instituições privadas. As instituições que aderem ao programa são beneficiadas com a isenção de tributos. Destina-se aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública, ou rede privada na condição de bolsista integral, com renda familiar per capita de no máximo três salários mínimos. Também possui ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que permite que bolsistas parciais financiem até 100% da mensalidade não coberta pelo ProUni. O programa atendeu, de 2004 a 2013, mais de 1,2 milhão de estudantes, dos quais 69% com bolsas integrais (BRASIL, 2016g).

f) Fundo de Financiamento estudantil (Fies): programa destinado a financiar, prioritariamente, estudantes de cursos de graduação. É operacionalizado pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) (BRASIL, 2016h).

Percebe-se que houve um significativo esforço do Governo Federal, principalmente nos últimos dez anos, em ampliar não somente o número de instituições públicas e privadas de ensino superior, mas também em diversificar o ensino com o investimento em instituições que oferecem cursos superiores de tecnologia, como os Ifes. Há, portanto, uma intenção no sentido de qualificação para o trabalho. Essa preocupação vai ao encontro do que já ocorreu em períodos anteriores em países como a França, que é uma tendência não só de diversificação, mas também de profissionalização do ensino superior (VERLEY; ZILLONIZ, 2010).

Contudo, é relevante ressaltar que tal profissionalização ocorrida na França criou uma segmentação hierarquizada entre os modelos de ensino superior, de modo que fatores como o processo seletivo, o caráter profissionalizante e o valor dos diplomas para acesso a trabalhos mais qualificados passaram a distinguir o “valor” dos cursos, independentemente da qualidade intrínseca possuída (VERLEY; ZILLONIZ, 2010). No Brasil, ainda faltam dados e pesquisas que contemplem essa temática, de modo que não sabemos se a proliferação de cursos superiores de tecnologia no país tem resultado em hierarquização do sistema de ensino superior.

É possível notar ainda que há a preocupação do Governo Federal com o acesso às instituições, tanto no que diz respeito à ampliação do número de cidades atendidas por universidades federais, quanto acerca de investimentos na acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, o que parece ser um passo na busca de uma maior democratização das instituições de ensino superior. Foi percebida ainda a preocupação com o custo financeiro dos cursos universitários, que resultou em programas específicos de investimento na concessão de bolsa e no financiamento do ensino superior.

Todavia, com exceção do programa ProUni, os demais programas não preveem qualquer vinculação com programas de acesso ao emprego, o que se torna uma preocupação, tendo em vista a crescente dificuldade de inserção profissional de estudantes de ensino superior apontada no tópico anterior. Apesar de a falta de empregos entre os jovens ser uma temática mencionada no Guia de Políticas Públicas da Juventude, ela é tratada somente no âmbito de esforços destinados à qualificação como forma de empregabilidade. Não há a problematização da falta de emprego ou da ocupação de postos inferiores à titulação adquirida, que são

problemáticas enfrentadas pelos mais escolarizados.

Diante da desvinculação da maioria desses programas à temática da inserção profissional, buscou-se no Ministério do Trabalho políticas públicas que contemplassem tal questão e que tivessem programas e ações nesse sentido. Apesar de o Ministério reconhecer a situação preocupante de desemprego entre os jovens e de ter criado, em 2004, o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude (DPJ), as políticas de juventude do Ministério do Trabalho, entretanto, mostraram-se igualmente carentes em relação a programas e a ações que contemplem o processo de transição entre universidade e mercado de trabalho (BRASIL, 2016k).

O Ministério do Trabalho possui o programa ProJovem Trabalhador, que é focado na qualificação profissional de jovens de baixa renda e prevê a inserção profissional de 30% dos jovens que concluem o curso, contudo não contempla os estudantes de nível superior. Encontrou-se, ainda, referência a investimentos realizados no DPJ com vistas à reconfiguração de modalidades mais permanentes, como a Aprendizagem Profissional e o Estágio Profissionalizante, todavia não passam de leis e regulamentações que, apesar de reconhecidamente importantes para os estudantes, não se configuram como esforços no sentido de promover ações concretas de inserção profissional de estudantes universitários. Constituem-se mais como um conjunto de diretrizes, algumas leis e decretos que regulamentam práticas de aprendizagem profissional e de estágio, contemplando questões como condições especiais de jornada de trabalho e compatibilização entre trabalho e estudos (BRASIL, 2016j).

Na ausência de programas específicos para a inserção profissional de estudantes universitários, ou de um sistema de inserção profissional específico, os jovens possuem a possibilidade de integrar o Sistema Nacional de Emprego (SINE), que é um intermediador entre trabalhadores e empregadores. Contudo, destina-se ao atendimento da população economicamente ativa como um todo, reproduzindo, assim, as desvantagens já mencionadas dos jovens em relação aos adultos.

Em resumo, percebe-se um esforço do Governo Federal em termos de ampliar o acesso ao ensino superior. Entretanto, no que se refere à inserção profissional desses jovens que acessaram o ensino superior, percebe-se que, apesar de aparecer como temática recorrente nas diretrizes de políticas públicas, não existem programas e ações específicos que possam contribuir na prática com essa inserção, de maneira a motivar a continuidade dos estudos e aumentar as chances de mobilidade social dos jovens. Por fim, o próximo tópico apresenta as considerações finais e propõe uma agenda de estudos que permita suprir as lacunas apresentadas sobre o tema.

5. Considerações Finais

O presente ensaio teve como um de seus objetivos refletir, com base na bibliografia disponível e em dados secundários, acerca da desarticulação existente entre os programas de expansão do ensino superior e as políticas públicas voltadas para a inserção profissional dos jovens no Brasil.

Percebeu-se que, apesar de haver um esforço no sentido de ampliar e diversificar o ensino superior, os programas de expansão, de modo geral, não possuem ações voltadas à inserção profissional dos jovens. Apesar de haver nas políticas públicas destinadas aos jovens o reconhecimento de que o desemprego juvenil é uma problemática que afeta não só o Brasil, mas o mundo inteiro, são poucos os programas que possuem ações nesse sentido. No que tange ao ensino superior, somente o Programa ProUni possui convênios de estágio, uma forma reconhecida e institucionalizada de inserção profissional. Há, portanto, uma desarticulação latente entre os programas de expansão do ensino superior e as ações e programas das políticas públicas destinadas à inserção profissional.

Este trabalho não teve como intenção central fornecer respostas às reflexões apresentadas, mas enfatizar a necessidade da criação de uma agenda de estudos que contemple a articulação entre a expansão do ensino superior no Brasil e o mercado de trabalho. O esforço teórico e empírico nesse sentido é fundamental para a contribuição na construção de políticas públicas que possam contemplar as demandas dessa juventude múltipla que possuímos no país. Hoje temos mais de 7 milhões de matriculados no ensino superior, e destes um número crescente é de jovens, os estratos menos favorecidos economicamente, que veem no ensino superior uma possibilidade de ascensão social, o que faz com que o estudo da inserção profissional nesse âmbito seja fundamental.

Alguns esforços já estão sendo feitos nesse sentido, contudo muito ainda resta a ser feito para um maior entendimento das repercussões da expansão do ensino superior para o mercado de trabalho e, especificamente, para a inserção profissional dos jovens no Brasil. Com o objetivo de contribuir para que essa lacuna seja suprida, este ensaio lança algumas possibilidades de pesquisa:

- a) Entender como a expansão do ensino superior brasileiro tem influenciado o processo de inserção profissional de jovens estudantes de cursos superiores e a sua mobilidade social.
- b) Verificar quais vagas estão sendo ocupadas no mercado de trabalho por jovens estudantes e egressos dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- c) Analisar quais são os cursos que apresentam maiores dificuldades de inserção profissional de estudantes e egressos.
- d) Analisar quais elementos sociais, além da qualificação, podem influenciar na inserção profissional.

Enfim, são diversas questões que carecem de resposta no que tange à relação da expansão do ensino superior e o mercado de trabalho. Este trabalho buscou trazer apenas algumas sugestões que instigassem pesquisadores na busca por uma maior teorização sobre o tema com vistas a contribuir para a demanda social criada em torno da problemática da inserção profissional dos jovens estudantes do ensino superior. Acredita-se que este seja um tema central para estudo, uma vez que permite construir dados para embasar políticas públicas futuras com uma efetiva articulação entre sistema de ensino e mercado de trabalho.

Referências

ABRAMO, H. W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

AMARAL, M. P.; WALTHER, A. Juventude, Educação e Trabalho: teorizando a regulação de trajetórias educacionais e a transição escola-trabalho. In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F. R. B. (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 15-35.

BALL, S. J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. **Educação e Sociedade**. v. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 1105-1126. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22613.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

BARROS, M. M. L. Trajetórias de Jovens Adultos: ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes Antropológicos**, ano 16, n. 34, jul./dez. 2010, p. 71-92.

BÉDUWÉ, C.; ESPINASSE, J.; VINCENS, J. De la formation professionnelle à La professionnalité d'une formation. *Revue Française de Sciences Sociales*. **Formation Emploi**, n. 99, juillet-septembre 2007, p. 103-121.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Portal do MEC. Parecer CNE/CES nº 436, de 02 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Censo da Educação Superior 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/apresentacao_coletiva_censo_superior_2012.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. **PRONATEC**. Objetivos e Iniciativas. 2016a Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa TEC NEP. 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12779%3Aprograma-tec-nep&catid=190%3Asetec&Itemid=800>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni. 2016c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa Incluir. 2016d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12257&ativo=496&Itemid=495>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Promisaes. 2016e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12284&ativo=546&Itemid=545>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano Nacional de Assistência Estudantil: Pnaes. 2016 f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12302&ativo=608&Itemid=607>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. ProUni. Apresentação. 2016g. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&ativo=299&Itemid=298>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. FIES. Apresentação. 2016h. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198:apresentacao&catid=141:fies-financiamento>.

[estudantil&Itemid=303](#)>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude**. Guia de Políticas Públicas de Juventude. 2016j. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/guia>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BRASIL. **Ministério do Trabalho**. Emprego e Renda. Políticas de Juventude. 2016k. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198:apresentacao&catid=141:fies-financiamento-estudantil>. Acesso em: 05 ago. 2016.

CASTRO, J. A.; ANDRADE, C. C.. Juventude, Educação e Trabalho: avanços e desafios. In: MACAMBIRA, Jr.; ANDRADE, F. R. B. (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 155-168.

COHEN, D. **Une jeunesse difficile: portrait économique et social de La jeunesse française**. Paris: D'ULM. 2007.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdades de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

RIBEIRO, C. A. C. Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n.3, p. 641-679, 2012.

FONDEUR, Y.; LEFRESNE, F. Les jeunes, vecteurs de la transformation structurelle des normes d'emploi en Europe? **Travail et Emploi**, n. 83, p. 115-134, Juillet 2000.

FRANCO, A. P. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 4, p. 53-63, 2008.

FRANZÓI, N. L. **Entre a Formação e o Trabalho: trajetórias e identidades profissionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANZÓI, N. L. Inserção Profissional. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2 ed. Porto Alegre, RS: Zok, 2011, p. 229-231.

GUIMARÃES, N. A. Trajetórias Juvenis. Um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho? In: MACAMBIRA, Jr.; ANDRADE, F. R.B.a (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 57-72.

GUIMARÃES, N. A.; CARDOSO, A. Apresentação. In: GUIMARÃES, N. A. et al. (Orgs.). **Mercados de Trabalho e Oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 7-18.

GUIMARÃES DOS SANTOS, G. P. Juventude, Trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: MACAMBIRA, Jr; ANDRADE, F. R. B. **Trabalho e Formação Profissional: juventudes em transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 73-88.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **IPEA**. (2013). Comunicados do IPEA: Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando o Pnad, n. 160, out, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. (2002). Tabelas Resumo Técnico 2002. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **INEP**. (2015) Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

- LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, artigo 8, Rio de Janeiro, Jun., p. 368-384, 2009.
- MARCHAND, O. Gestion des âges et flexibilité du marché du travail. In: **Travail et Emploi**, N° 100, Octobre, 2004.
- MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um Perfil Sobre a Expansão do Ensino Superior Recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, jul./dez., p. 161-192, 2012.
- MARTINS, C. B. O Ensino Superior Brasileiro nos Anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1. São Paulo: Jan./Mar., p. 41-60, 2000.
- OLIVEIRA, E. G; SOUSA, A. A. Trabalho, Juventude e Educação no Contexto do Capitalismo Atual. In: MACAMBIRA, Jr.; ANDRADE, F. R. B. (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 91-104.
- POCHMANN, M. Juventudes em Transição para a sociedade pós-moderna. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, F. R. B. (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. **Da formação ao mercado de trabalho: caminhos de inserção profissional dos estudantes de Administração**. Proposta de Pesquisa Chamada Universal – MCTI/CNPQ N° 14/2012. 2012b, p. 1-12.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 1, p. 63-73, 2012.
- ROCHA, S. A inserção dos Jovens no mercado de Trabalho. **Cadernos CRH**. v.21, n.54, p. 533-550, 2008.
- SAMPAIO, H. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, **NUPEES**. Documento de trabalho, n. 8, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/index.php/serie-qdocumentos-de-trabalho-nuppsq-1989-2005>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- SCALON, C. **Ensaio de Estratificação**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 17-41.
- SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 87-127.
- VERLEY, E.; ZILLONIZ, S. L'enseignement supérieur en France: un espace segmenté qui limite l'égalisation des chances 2010. **Formation emploi**, n. 110, p. 5-18, 2010.